

Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta

Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas*

Olhando para a história recente das ex-colónias portuguesas – em particular, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique – podemos indagar-nos como países emergindo enfraquecidos por guerras coloniais longas e destrutivas. Transportavam ainda um *potencial de violência* que lhes permitiu desenvolver novas guerras intestinas porventura mais longas e destrutivas, no caso de Angola e Moçambique, ou uma situação arrastada de tensões e estados de pré-conflito como aconteceu na Guiné-Bissau, todas elas suficientes para afectar profundamente a estabilidade e o funcionamento daquelas sociedades. Em Moçambique, após um curto interregno por alturas da independência, voltou a irromper um conflito de grandes proporções, quer em termos de violência e destruição, quer de alcance geográfico; em Angola, esse interregno nem chegou a existir uma vez que o conflito armado se desenvolveu praticamente sem interrupção entre os inícios da década de 1960 e os primeiros anos deste século.

Este texto pretende avançar alguns passos na resposta a essa indagação. Todavia, antes disso é forçoso reconhecer que a noção de *potencial de violência* acima referida é ainda demasiado vaga para poder ser operativa, necessitando de ser inscrita em contextos específicos para se tornar inteligível. Temos que partir, portanto, do desenho dos contextos prevaletentes à época, nos anos imediatamente anteriores e posteriores às independências desses países, relacionando dentro desses contextos algumas séries hipotéticas de factores que colaboraram para a construção desse *potencial de violência*, ou seja, que favoreceram o acumular de tensões nessas sociedades e fizeram

* Este texto baseia-se e desenvolve um argumento contido em J.P. Borges COELHO, « African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1964-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique », comunicação apresentada no *Portuguese/African Encounters: An Interdisciplinary Congress* promovido pelo The Watson Institute for International Studies e pelo Portuguese and Brazilian Studies Department, da Brown University, Providence, EUA, realizado em 26-29 de Abril de 2002, publicada com o mesmo título em *Portuguese Studies Review*, X (1), 2002. Enquanto que « African Troops... » procura a *lógica* da utilização de tropas africanas pelas autoridades coloniais portuguesas, o texto que aqui se apresenta incide no impacto que essa utilização provocou nos novos países independentes.

com que elas se manifestassem de forma aberta após a independência¹. O *potencial de violência* resultaria do efeito conjugado desses factores que terão tido, bem entendido, pesos diversos.

Se quiséssemos arrolar essas séries, poderíamos começar por referir uma, composta por factores de origem externa ou regional (no caso de Angola e Moçambique), inscritos no contexto da problemática tardia da descolonização e daquilo que muitos consideraram como o « subsistema » da Guerra Fria na África Austral, que criou uma hostilidade crescente entre a Rodésia e a África do Sul (aliados tradicionais do Portugal colonial na região), por um lado, e os novos países africanos de tendência « oficialmente » socialista, por outro. No caso de Angola, este contexto levou à invasão do país por forças sul-africanas, ao envio de contingentes cubanos para a contrariar, em suma, ao prosseguimento de um conflito que, eivado de matrizes diversas, continuaria a fustigar violentamente o país. Em Moçambique, cedo se declarou igualmente um conflito de vizinhança com a Rodésia, assumindo foros de verdadeira guerra nas províncias fronteiriças e, num certo sentido, alargando mais para sul o anterior conflito colonial. Em qualquer dos casos tratou-se de um contexto claramente potencializador da violência das sociedades envolvidas.

Uma segunda série de factores prende-se aos conflitos intestinais desenvolvidos no seio dos movimentos nacionalistas. No caso angolano tais conflitos cedo tiveram uma expressão mais formal, traduzida na subdivisão das forças nacionalistas em movimentos autónomos dotados de aparelhos militares e competindo irreconciliável e violentamente entre si pelo poder; em Moçambique, embora a unidade tivesse sido proclamada desde que a chamada linha revolucionária controlou o movimento nacionalista, a partir de 1968, o conflito intra-nacionalista veio mais tarde a reasomar, servindo pelo menos para que a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) reivindicasse como percurso histórico justificador da sua existência uma dissidência de origens antigas, nesse velho conflito de meados da década de 1960.

Uma terceira série de factores poderia dizer respeito à substituição radical de Estados que o processo de rápida descolonização originou, em que um Estado colonial extremamente autoritário e controlador deu lugar a Estados aparentemente fortes, no caso de Moçambique conseguindo mesmo um notável « alcance » territorial através da conjugação de mecanismos formais com mecanismos semi-informais ligados ao partido único. Todavia, as fragilidades que esse Estado desde cedo demonstrou, em termos de uma baixa eficácia aliada a uma postura autoritária, foi sem dúvida um factor indutor de uma potencial carga de violência².

Evidentemente, outros desenvolvimentos sociais e económicos posteriores às independências – em parte ligados ao contexto da hostilidade regional, em parte aos conflitos internos – podem igualmente ser arrolados

1. Embora os conflitos abertos possam irromper sem a manifestação de sinais prévios, nomeadamente no caso das chamadas guerras de agressão, existem normalmente factores que favorecem a transformação de tensões sociais em conflitos abertos, ou seja, explicitamente manifestos na forma armada ou violenta, na ausência de mecanismos de mediação que conduzam a « sublimações sociais ».
2. Neste caso, um conflito de natureza nitidamente pós-colonial, se manifestou, por exemplo, na argumentação clássica do descontentamento rural face ao gigantesco processo de reordenamento das aldeias comunais, da revolta provocada pela criação dos campos de reeducação ou do bloqueamento da economia rural devido à natureza das opções tomadas pelo novo Estado.

em outras séries de factores, uma vez que estiveram por detrás da acumulação de novas cargas potenciais de violência, por exemplo na acentuação de assimetrias regionais, na multiplicação e reforço de identidades fragmentárias ou, mais geralmente, na acentuação e generalização progressivas e consistentes da pobreza.

Não cabe no propósito deste texto, contudo, explorar estas séries de factores – e algumas outras que pudessem eventualmente ser apontadas para, conjugando-as em articulação apropriada, se tentar construir uma explicação geral do potencial de violência nas ex-colónias portuguesas. Não haveria aqui espaço, além de que nos forçaria numa direcção diferente. Pretendemos apenas indagar ainda uma outra série, a da militarização destas sociedades nos cerca de dez anos em que decorreram as guerras coloniais, procurando mostrar em que medida esse processo contribuiu para o elevado potencial de violência que patenteava na altura das respectivas independências, em 1975, e nos anos que se seguiram.

O argumento central deste texto é que a violência ordenada (organizada e induzida a partir « de cima », embora com efeitos nem sempre controláveis) depende em grande medida do nível de militarização das sociedades: quanto maior for o grau de militarização, de generalização da presença de armas e do conhecimento do seu manuseamento, de alastramento de uma cultura de utilização de armas e de violência para a resolução de tensões sociais, mais provável é o surgimento e o alastramento de conflitos abertos. Pretendemos assim mostrar que a guerra colonial foi muito mais que um mero conflito de ocupação datado dentro das balizas cronológicas que normalmente lhe são atribuídas, induzindo, pelo contrário, sobretudo na sua fase final após 1968, uma militarização da sociedade que nos dá razões para afirmar que por detrás desse conflito se escondia já o germe de um conflito civil. Que, tal como se diz que nos conflitos pós-coloniais, subsistiam ainda elementos dos conflitos coloniais passados³, também, inversamente, se pode dizer que no conflito colonial existiam já elementos importantes das guerras civis que se seguiriam.

Militarização da sociedade nas colónias portuguesas, 1961-1974

No decorrer da guerra colonial, o processo de militarização das sociedades dos territórios coloniais⁴, conduzido pelas autoridades, foi operado a pelo menos três níveis. Se um deles foi aquele que é usual em situações de guerra, nomeadamente através do recrutamento de base universal para as forças armadas regulares, os outros dois merecem atenção especial, e ocorreram a níveis geral e específico.

No processo de militarização geral, a estratégia colonial decorreu de uma visão dicotómica segundo a qual todos os Africanos eram potenciais

3. Este argumento costuma ser utilizado no caso da África Austral, na medida em que mesmo depois das independências de Angola e Moçambique, a África do Sul e a Rodésia continuaram a fazer presente a problemática colonial num conflito pós-colonial.

4. Consideramos apenas, aqui, a população africana. Bem entendido, a população colonial europeia envolveu-se formal e informalmente no conflito que viria a desembocar nas independências, sobretudo a partir dos acontecimentos de 1961 no norte de Angola, quer no quadro do aparelho militar regular, quer inscrita em corpos para-militares como a Organização Provincial de Voluntários (OPV), ou ainda informalmente. Todavia, trata-se de uma problemática que, embora sem dúvida merecedora de uma atenção particular, cai fora do âmbito do argumento deste texto.

« terroristas », e a única forma de impedir esse seu « devir » era conquistá-los e comprometê-los activamente na defesa da ordem colonial. A nível ideológico, esta visão era suportada quer pelo mito imperial, com a sua dimensão territorial única « do Minho a Timor », no interior do qual todos eram cidadãos portugueses⁵, quer pela miragem luso-tropicalista da assimilação progressiva das populações africanas aos valores culturais portugueses (não apenas teoricamente mas já de facto) através de um contacto osmótico com uma população branca que se pretendia que emigrasse e se instalasse maciçamente nas colónias⁶.

Da conjugação destas « tradições » (que incluíam o papel histórico das forças armadas como quadro « civilizador » dos mancebos recrutados localmente) com aquilo que ensinavam os manuais da contra-subversão ocidentais na altura, que as autoridades militares portuguesas acompanhavam de perto, desenvolveu-se desde cedo a convicção segundo a qual ganharia a guerra quem tivesse a população do seu lado⁷. Daí o grande esforço colonial de instalação de estruturas de acção psico-social que, operando dentro de determinados parâmetros, conseguissem transformar as populações de meros camponeses em defensores activos da ordem colonial, em combatentes activos contra o movimento nacionalista armado.

O princípio da chamada « conquista da adesão das populações » assentava em dois conceitos essenciais, sequenciais e complementares, definidos como *comandamento* e *accionamento*⁸, que indirectamente acabavam por se inscrever na velha filosofia de assimilação – lida como promoção e aculturação – das populações africanas à órbita colonial portuguesa. Desta vez, porém, traduzia-se no esforço administrativo e para-militar de integrar

5. Para além de atenuar as críticas internacionais que se faziam sentir com grande veemência, era esta a verdadeira vantagem, para o regime, da abolição do estatuto do indigenato, através do Decreto-Lei 43 : 893 de 6 de setembro de 1961, que conferiu teoricamente a todos os Africanos o estatuto de cidadãos portugueses. Para uma análise desta questão, ver SECRETARIA GERAL DE DEFESA NACIONAL (Forte de São Julião da Barra), Cx. 6690.5, Pº 324.10, Estado maior (1ª Repartição), « Implicações de ordem administrativa-militar resultantes da revogação do estatuto do indigenato », Lisboa, 18 de Novembro de 1961.
6. Embora viesse já de trás, esta migração de Portugueses de baixa extracção para as colónias (particularmente os colonatos, no espaço rural), supostamente resolvendo problemas de desemprego no Portugal metropolitano e reforçando a « presença » sobretudo em Angola e Moçambique, ganhou particular ímpeto a partir de 1961, com a instituição das juntas provinciais de povoamento e do regulamento respeitante à ocupação e concessão de terras nas províncias ultramarinas.
7. Este princípio norteador surge insistentemente na documentação oficial. Por exemplo : « [...] o factor essencial da guerra subversiva é a população [...] a guerra subversiva visa a conquista da população e nós podemos dizer, sem errar, que aquele de dois partidos que estiver em luta e tiver a população do seu lado, será esse a ganhar a guerra » (Arquivo Histórico de Moçambique, SE a.III p.10. n.º 237-1, Governo do Distrito de Tete, « Acta das sessões da reunião dos administradores e do intendente com o governador do distrito », 18-19 de Abril de 1966).
8. O *comandamento* era definido nos seguintes termos : « Enquanto comandar significa dirigir e implica o conhecimento e o manejo das « forças sociais », mandar significa impor e para tal é suficiente a detenção da força física. O *comandamento* exige participação e promove a adesão ; o *mando* pode provocar a repulsa, nomeadamente quando exercido sobre populações culturalmente diferentes e que se não compreendem, e a sua eficiência diminuirá à medida que for diminuindo a força física de quem o exerce ». O *accionamento* era « aquele conjunto de medidas que é mister tomar para pôr as populações a trabalhar conosco e torná-las repulsivas à propaganda do inimigo [...]. No *accionamento* das populações, nós tentaremos conseguir trazer até à nossa órbita, integrar no nosso meio e na nossa civilização, na nossa cultura e nacionalidade, as populações que nos estão entregues. Esta será, digamos, uma das finalidades. A outra será conseguirmos que as populações trabalhem activamente conosco na detecção e no combate às acções subversivas que o inimigo venha porventura a desencadear ». Ver J.P. BORGES COELHO, « A "Primeira" Frente de Tete e o Malawi », *Arquivo* (Maputo), n.º15, Abril de 1994.

os homens válidos das aldeias, organizados pelas suas chefias e armados com as suas armas, para realizarem movimentações ditas de auto-defesa e de perseguição e detecção de combatentes nacionalistas. Embora realizadas pontualmente no início da década de sessenta em alguns distritos setentrionais de Moçambique e em outros lugares, estas operações psico-sociais e para-militares tiveram um sucesso que não é despidendo, quer no seu objectivo primordial de movimentar militarmente um grande número de homens das aldeias rurais, quer no resultado mais concreto de localizar e deter combatentes nacionalistas⁹. Claramente, para os promotores destas operações, a verdadeira medida do seu sucesso, mais do que nos resultados concretos de detecção e neutralização de combatentes nacionalistas, estava no número de camponeses das aldeias que conseguiam envolver.

Deste esforço de conquista das populações nasceram as sanzalas protegidas em Angola, os aldeamentos em Moçambique, ou as tabancas defendidas na Guiné, novos aglomerados rurais fortificados e controlados pelas autoridades, na sequência de um gigantesco programa forçado de reordenamento nas regiões em guerra ou onde as autoridades esperavam que ela viesse a irromper com a penetração de combatentes nacionalistas¹⁰.

Os aldeamentos surgem como verdadeiros espaços concentracionários de produção de violência. A aglomeração de pessoas em números até então inéditos implicou a quebra dos laços com a terra, desde sempre fonte estruturante da coesão comunitária e recurso base da sua reprodução material e cultural, da sua sobrevivência. Afectou gravemente as relações políticas e familiares cuja lógica sempre assentara no território; criou problemas de acesso aos recursos, sobretudo de terra e água; estabeleceu terreno fértil para a irrupção de surtos de doenças¹¹.

Ao mesmo tempo, é para estes mesmos aldeamentos que as autoridades coloniais transferiram o mecanismo de « auto-defesa » que procuravam instalar nas aldeias « tradicionais », constituído por grupos de milícias

-
9. Um claro indicador da « produtividade » destas batidas populares está na surpresa manifestada por um guerrilheiro da Frelimo, no seu diário, devido ao facto das populações de Mecanhelas, no sul do Niassa (onde estas batidas eram comuns), denunciarem sistematicamente às autoridades coloniais as posições dos guerrilheiros que as contactavam. Segundo ele, tinham aprendido no treino que as populações estavam sempre do lado dos revolucionários e, por isso, não entendia aquela reacção. Ver Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Moatize, Cx. 102: serviços de centralização e coordenação de informações, relatório de informações nº 1, 14 de Março de 1966 (*Diário de um guerrilheiro capturado*).
 10. Embora não haja, que seja do nosso conhecimento, a informação do número de aldeamentos e populações abrangidas para os três teatros de guerra, os dados relativos a Moçambique dão uma ideia da magnitude do fenómeno: mais de mil aldeamentos, com mais de um milhão de habitantes. Estima-se que na província de Tete cerca de 70 % da população rural tenha sido transferida para os aldeamentos nos seis anos que durou o programa. Ver, a este respeito, J.P. Borges COELHO, « Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War », tese de PhD, Universidade de Bradford, Departamento de estudos económicos e sociais, 1993 (dir. Prof. Gary Littlejohn): 307-322. Para os aldeamentos angolanos, que o autor designa de « reordenamentos estratégicos », ver G. J. BENDER, *Angola sob o Domínio Português. Mito e Realidade*, Lisboa, Sá da Costa, 1980: 230 sq.
 11. Para uma visão monográfica da degenerescência das condições de vida num aldeamento, no caso o de *N'cungas*, em Moçambique, ver J.P. Borges COELHO, « Protected Villages and Communal Villages... », *op. cit.*: 231 e *passim*. Um relatório dos serviços médicos coloniais afirmava, na sequência de uma visita à aldeia: « As pessoas por nós contactadas revelavam claros sinais de malnutrição, com a aparência típica de pessoas com falta de proteínas, gorduras e vitaminas, uma vez que a sua alimentação se baseava quase exclusivamente na farinha de milho, e mesmo esta em quantidades insuficientes. [...] As condições sanitárias e de habitação situavam-se ao mais baixo nível, abaixo do mínimo tolerável de sobrevivência. [...] As pessoas mostravam-se deprimidas e desinteressadas da evolução da sua situação ».
-

recrutados maciçamente no local e apressadamente treinados, de forma à sua colocação no terreno acompanhar a formação dos aldeamentos, teoricamente enquadrados por um agente da polícia europeu, de quem dependiam. Porém, aquele, na maior parte dos casos, não existia e estes grupos de camponeses mal treinados e armados tinham grande autonomia na função de defesa dos aldeamentos e de garantia da sua « ordem » interna¹².

Observando esta nova realidade rural, é importante questionar o quadro dicotómico normalmente veiculado, de oposição entre uma visão colonial dos nacionalistas como terroristas bárbaros e sanguinários, e uma visão nacionalista das forças coloniais como fonte de todo o mal – devendo os camponeses concentrados escolher um dos dois campos. De facto, seria enganador ler esta realidade como as autoridades coloniais apregoavam, de adesão maciça ao combate à subversão. Da mesma forma, apesar do relativamente forte apoio granjeado pelos combatentes nacionalistas no terreno, não se pode inferir daí um apoio generalizado à luta anti-colonial. Para os milhares de camponeses dos aldeamentos, concentrados à força e violentamente pelas autoridades coloniais nestes redutos, atacados pelos nacionalistas dentro deles¹³, era-lhes negada qualquer opção. Não tinham, de facto, nem saída nem futuro, e neste sentido, a sociedade que se constituía nestas aldeias era uma sociedade « bloqueada », em que os cada vez mais escassos recursos eram disputados pelos seus segmentos de forma cada vez mais violenta. São inúmeros os casos de apropriação dos celeiros de reservas alimentares dos camponeses, de roubo de mulheres, por parte dos grupos de milícias, a que nem os régulos se conseguiam opor e a que as autoridades coloniais convenientemente fechavam os olhos. Seria, no entanto, enganador ler esta profunda alteração do espaço rural como um resvalar progressivo para o caos social. Dentro destas novas aldeias « bloqueadas » – onde a desestruturação das regras sociais e a falta de acesso aos recursos punham em causa a capacidade de produção e reprodução dos meios de vida – novas formas de organização emergiam da coligação das fracas autoridades tradicionais¹⁴, com estes verdadeiros aparelhos militares que eram os grupos de milícias, sob o beneplácito das autoridades administrativas e militares coloniais¹⁵.

12. Mais uma vez, é difícil ter-se uma informação quantitativa dos milícias dos aldeamentos nos três teatros. Todavia, em Tete chegou a haver perto de 4 000 milícias em 1973, significando uma média de 15 milícias por aldeamento. G.J. BENDER, *Angola...*, op. cit. : 232, estima em 30 mil o número de milícias criados nos aldeamentos angolanos.

13. Era comum a estratégia « maximalista » dos combatentes nacionalistas de ataque aos aldeamentos, incluindo colocação de minas terrestres nos caminhos em redor, terras de cultivo e pontos de água, visando inviabilizar o seu funcionamento.

14. Destituídas do seu antigo poder que lhe vinha do controlo do território, destituídas de meios que o pudessem pôr em vigor, governando só por inércia e para satisfazer as aparências que às autoridades coloniais interessava manter; enfim, condenadas à aliança com as milícias e os seus desígnios erráticos e arbitrários num contexto local de guerra extremamente violento.

15. É ilustrador o seguinte extracto de um relatório de inspecção ao aldeamento Sungo, descrevendo uma situação que se repete infindavelmente em outros relatórios afins: « Confirma-se que [os milícias] não cumprem com o seu dever: passam a maior parte do tempo a beber *pombe* e a vaguear, deixando as suas armas em casa [...]. Ameaçam o régulo, que é obrigado a retirar campos prontos a colher aos seus proprietários civis para os entregar aos milícias. Em conclusão, a unidade de milícias não ajuda a população do Sungo. Pelo contrário, causa sérios problemas entre o régulo e a sua população ». In Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Moatize, Caixa 111, Comando do Sub-Sector FCX, nº 15/2, Pº GE, 2 de Junho de 1973. Há igualmente referências a trocas de tiros entre unidades de milícias.

Este quadro de grupos armados generalizados de forma sistemática e competindo violentamente com as populações rurais pelos muito escassos recursos, sobretudo no acesso às reservas alimentares, às mulheres e ao álcool, multiplicou e intensificou as tensões sociais, estando por detrás do crescimento de uma nova forma de violência, surda ainda, paralela à da guerra que entretanto alastrava, mas já generalizada no território. Por outro lado, e apesar dos sucessos apregoados pelas autoridades, instalou uma nota de caução, dando razão às visões mais conservadoras para quem armar a população era armar os terroristas ou, no mínimo, criar uma situação onde o controlo seria cada vez mais difícil de assegurar¹⁶.

Referimos atrás que para além desta militarização geral da sociedade, de « baixa intensidade »¹⁷, também as autoridades coloniais procuraram uma militarização específica, já não referida a todo o espaço rural de forma maciça, indiscriminada e defensiva, mas relacionada com a utilização do recrutamento local para as forças militares regulares, tornado tanto mais necessário quanto mais a guerra se intensificava nas três frentes e Portugal experimentava crescentes dificuldades no recrutamento metropolitano.

A problemática do balanço entre recrutamento metropolitano e recrutamento local nas três províncias coloniais é bastante complexa por nela intervirem factores de natureza muito diversa. Desde logo há que ter em conta a « tradição » do controlo das colónias, desde o início da presença portuguesa em África, e sobretudo a partir das campanhas do século XIX, assegurado por forças expedicionárias enviadas da metrópole, actuando as forças de recrutamento local como forças auxiliares, de segunda linha e de policiamento¹⁸. Alterar este sistema implicava reestruturar o dispositivo militar português descentralizando-o, significava quebrar a feroz desconfiança e resistência dos círculos políticos e militares mais conservadores¹⁹.

O argumento clássico para explicar a necessidade da evolução no sentido do recrutamento local costuma apoiar-se nos dois pilares das crescentes dificuldades financeiras de Portugal em arcar com as despesas da guerra e de um recrutamento metropolitano que chegava rapidamente aos limites da sua capacidade. Segundo alguns, Portugal, que aumentava o recrutamento metropolitano a uma média anual de 11 %, era em 1973, depois de Israel, o

-
16. Contrastando com a situação em Moçambique e Angola, alguns testemunhos importantes dão conta da utilidade das unidades de milícias nas tabancas da Guiné. A explicação mais provável para esta diferença estará numa mais elevada produtividade destas últimas no combate aos nacionalistas, enquanto que para Moçambique são recorrentes as referências à sua ineficácia.
 17. « Baixa intensidade » no sentido em que estes grupos de milícias eram, apesar de tudo, relativamente mal treinados (cursos rápidos, de três meses em média), e armados apenas com armamento ligeiro e antigo, por vezes mesmo obsoleto ; no sentido, também, em que a sua missão militar era supostamente defensiva.
 18. Ver, sobre esta questão, J.P. Borges COELHO, « African troops... », *op. cit.* ; ver também P. Pezarat CORREIA, « A participação local no desenvolvimento das campanhas : o recrutamento africano », in INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES (Lisboa), *Estudos sobre as Campanhas de África, 1961-1974*, Estorial, Edições Atena : 143-152.
 19. Em 1960, Káulza de Arriaga, que viria a ser o comandante-em-chefe de Moçambique durante o período mais importante da guerra, escrevia a Salazar dizendo que « [...] não é possível uma defesa baseada em tropas negras, seja qual for o enquadramento branco e diga-se o que se disser. [...] É necessário reduzir, por forma politicamente conveniente, a força e os efectivos das tropas negras. E com a economia feita ou com um pouco mais montar núcleos reduzidos de tropas brancas altamente treinadas [...] ». Arquivo Nacional/Torre do Tombo, AOS/CO/PC-78j, pt3º, 20ºsd. D.30, Secretário de Estado da Aeronáutica para Presidente do Conselho de Ministros, 9 de Agosto de 1960.
-

país com a maior percentagem de cidadãos armados do mundo²⁰. Ao mesmo tempo, sofria a drenagem de uma emigração crónica para a Europa e o Novo Mundo e procurava, como vimos, incrementar a sua emigração para o Ultramar, ao mesmo tempo que a percentagem de desertores também crescia assustadoramente²¹.

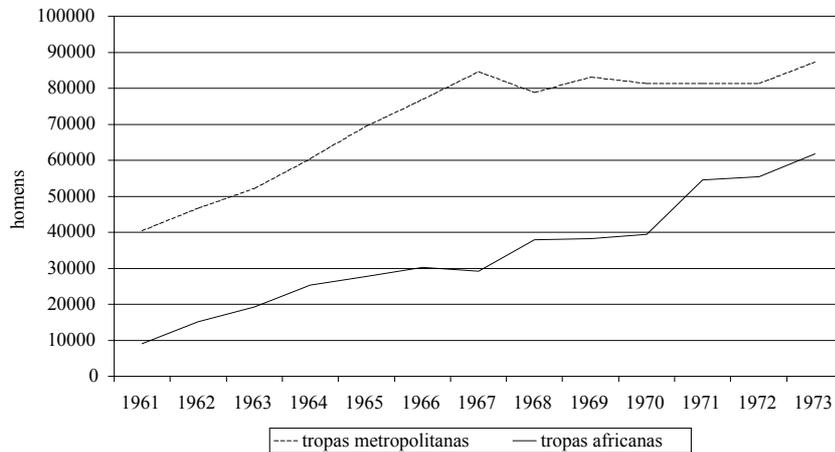
Trata-se, todavia, de um argumento que não explica tudo, até porque, como mostra o Quadro I, as forças armadas de recrutamento metropolitano, apesar das dificuldades apontadas, cresceram incessantemente até ao final da guerra, em 1974. Além destes factores, as modernas teorias da contra-insurreição, no sentido do *jeunissement* francês na Indochina, ou da teoria britânica do *same element* na Malásia, apontavam as vantagens do recrutamento local. A utilização de Africanos como forças de combate de primeira linha justificava-se - impunha-se mesmo - por uma série de razões, desde logo porque se inseria na procura de fontes alternativas e « inesgotáveis » de recrutamento, tornado mais barato ao libertar os onerosos custos do transporte intercontinental aéreo ou marítimo. Além disso, o soldado africano também era mais barato porque se adaptava melhor ao terreno, porque inserido nas culturas locais avaliava melhor o « estado de espírito das populações » e era mais produtivo na recolha de informações, porque resistia melhor às doenças tropicais, e porque a sua morte ou ferimento exercia menos impacto na opinião pública metropolitana; enfim, tinha até a vantagem de ser da mesma raça que os guerrilheiros nacionalistas²².

20. Ver, entre outros, Thomas HENRIKSEN, « Portugal in Africa: Comparative Notes on Counterinsurgency », *Orbis*, XII (2), 1977: 404.

21. Ver entre outros, a este respeito, ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO I, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, 1988: 259 e *passim*; John CANN, *Contra-insurreição em África, 1961-1974, O modo português de fazer a guerra*, Estoril, Edições Atena, 1998: 122 e *passim*. Ao mesmo tempo, as forças armadas experimentavam sérios problemas de adaptação aos teatros africanos e de escassez de oficiais de comando. Ver João Paulo Borges COELHO, « African troops... », *op. cit.*: 10.

22. Na literatura da contra-insurgência ficou lendária a capacidade operacional das SOVF (*Special Operational Voluntary Forces*), forças especiais locais actuando na Malásia sob o comando britânico e constituídas sobretudo por ex-guerrilheiros capturados. No limite, o soldado africano e ex-guerrilheiro abria numerosas possibilidades até então vedadas. Interessante é, a este respeito, o fascínio que os métodos e a actuação dos guerrilheiros « subversivos » exerciam sobre as autoridades, que procuravam mimetizar os seus métodos de actuação, como se pode ver no seguinte exemplo: « Devíamos ir para soluções por assim dizer maquiavélicas, que levassem as populações a pensar na sua auto-defesa como necessidade imperiosa. [...] Se colocássemos algum forninho [mina ou armadilha explosiva] que fizesse alguma vítima, poderíamos também tirar partido do facto, criando no espírito das populações uma atitude reprovadora contra os supostos terroristas. Desta forma os agentes subversivos que chegassem depois às terras com o intuito de montar fornelhos não teriam já um bom acolhimento » (Arquivo Histórico de Moçambique, SE aV p. 6 n.º 245: Governo do Distrito de Tete, « Segunda Conferência de Administradores de Conselho e Circunscrição », 1967). Ainda sobre um exemplo, entre muitos, de actuação de forças especiais (GEP) em Moçambique actuando disfarçadas de grupo de combate da Frelimo (elas próprias constituídas maioritariamente por ex-guerrilheiros da Frelimo), ver A. Serras PIRES & F.C. CAPSTICK, *Ventos de Destruição*, Lisboa, Bertrand Editora, 2001: 132.

Quadro I. — EVOLUÇÃO DAS FORÇAS MILITARES NOS TRÊS TEATROS DE OPERAÇÕES, POR ORIGEM



Havia ainda, no entanto, que percorrer um caminho eivado de grandes tensões internas antes que a perspectiva de « accionamento » de tropas africanas pudesse ser adoptada de forma desabrida. O Quadro I mostra, igualmente, uma interessante variação na tendência evolutiva de tropas metropolitanas e locais, revelando claramente, no ano de 1968, uma redução das primeiras e um correspondente aumento das segundas. O ano de 1968 é um marco que simboliza grandes alterações, na sequência da substituição de Salazar por Marcello Caetano na direcção política do regime em Portugal. Ao mesmo tempo, corresponde a assinaláveis progressos dos nacionalistas nas frentes de combate, na sequência dos grandes avanços do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na Guiné, da reactivação, em Angola, da frente de noroeste do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e da sua expansão na « rota Agostinho Neto », ou, em Moçambique, com a realização do II Congresso da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e a abertura da frente de Tete. Era urgente rever a estratégia geral de defesa das colónias, e a utilização de tropas africanas era uma componente importante desse passo.

Mas este processo de africanização não foi, como se disse, linear. A ele se opunham sobretudo os sectores mais conservadores do aparelho militar, como o referido Kaúlza de Arriaga, para quem os Africanos continuavam a ser, apesar de tudo, e mais que qualquer outra coisa, potenciais terroristas. E talvez esta tendência só muito dificilmente tivesse vingado se não fosse a descentralização na condução da guerra que acompanhou a implementação da perspectiva de Marcello Caetano. De facto, no curto espaço de três anos, uma direcção militar centralizada em Lisboa foi substituída por direcções

militares provinciais fortemente personalizadas e auto-centradas²³. A partir de então deixou de haver implementação padronizada de uma estratégia definida em Lisboa, passando a verificar-se o desenvolvimento de princípios estratégicos comuns produzindo resultados diferenciados devido não só à forte personalidade dos novos comandantes mas também, evidentemente, às condições e circunstâncias concretas prevalecentes em cada uma das três frentes²⁴.

É também fundamental referir que este processo de africanização diz respeito não só à intensificação do recrutamento local para as forças armadas regulares (caso em que o impacto na militarização da sociedade, por importante que fosse, não seria maior do que aquele que sempre se produz em situações « normais » de guerra), por mais intenso que tenha sido esse recrutamento local, como mostra o Quadro II, mas também à criação de unidades militares africanas definidas não já em termos auxiliares (na auto-defesa das aldeias ou actuando como batedoras ou infiltradas em busca de informações), não já em termos universais (como unidades de cidadãos portugueses chamados a defender a pátria), mas definidas precisamente em termos rácicos, regionais ou étnicos, e actuando operacionalmente de forma semi-autónoma ou mesmo autónoma²⁵.

A observação da implementação deste novo conceito nos três teatros de guerra é muito interessante, porque permite verificar as diferenças estruturais essenciais que nesta altura se cavam numa direcção da guerra que até então era unitária. Na Guiné, Spínola procurou, a partir das experiências de milícias e explorando distinções étnicas, criar um exército africano « nacional » à imagem do exército português, estruturado em companhias agrupadas em batalhões, tendo em vista provavelmente uma futura federação de Estados de língua portuguesa. Em Angola, de forma muito diferente, Costa Gomes, aproveitando, por um lado, as divisões internas do movimento de libertação e, por outro, as boas relações que havia entre as forças armadas e a Polícia internacional de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança (PIDE/DGS), adoptou para as primeiras um conceito que a segunda havia criado com a formação dos Flechas, generalizando esta componente africana da guerra, adoptando afinal, até ao limite, os conceitos ocidentais modernos da chamada contra-insurreição. Finalmente, em Moçambique, apesar da grande - de facto, a maior, em termos comparativos - percentagem de recrutamento local, a formação de tropas africanas autónomas foi mais tardia. Por um lado, esta situação explica-se pelo

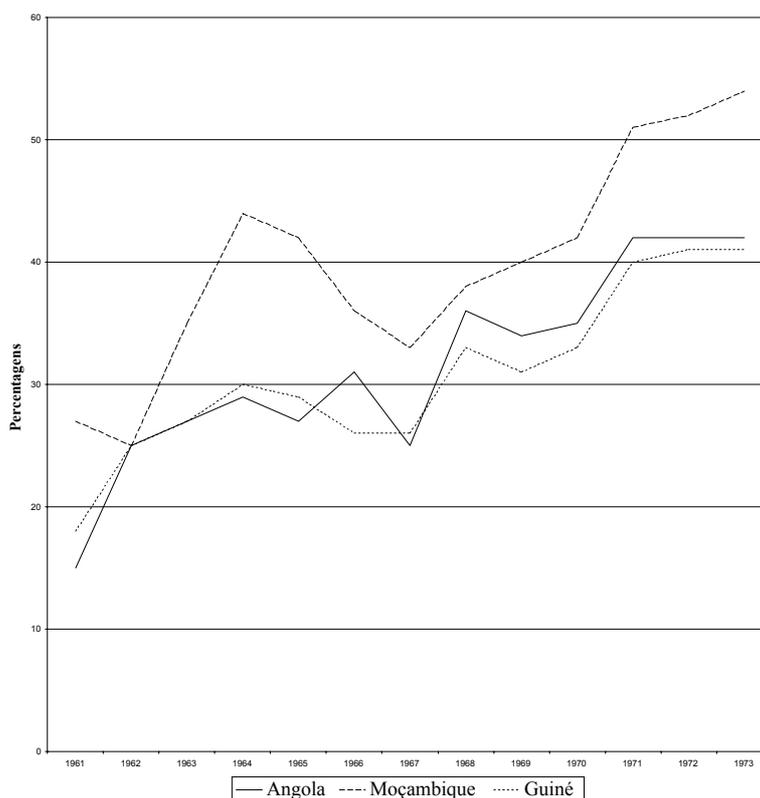
23. Spínola assumiu o comando na Guiné em Maio de 1968, Kaulza de Arriaga em Moçambique em Março de 1970, e Costa Gomes em Angola em Abril de 1970. Ver, sobre este argumento, P. Pezarat CORREIA, « A participação local... », *op. cit.* : 147.

24. Um caso clássico de intercâmbio de experiências foi o das tropas especiais designadas por Comandos, criadas em Angola. O seu sucesso determinou a « exportação » do conceito para a Guiné, onde foram criados os Batalhões de Comandos Africanos, e, posteriormente, para Moçambique. Todavia, há também exemplos claramente reveladores da discordância de estratégias e métodos. Um deles é o das fortes críticas que tanto Costa Gomes como Spínola dirigiram a Kaulza de Arriaga, por discordarem frontalmente da Operação Nó Górdio, por ele concebida e levada a cabo em Moçambique.

25. Ainda uma forte razão adicional da constituição destas unidades estava na preocupação que as autoridades tinham em relação aos Africanos desmobilizados das forças regulares, que continuavam a aumentar em número, uma vez que o recrutamento local também não cessava de aumentar, como se vê no Quadro II. Afinal tratava-se de homens que sabiam manejar armamento e não podiam ser deixados sem controlo. A sua integração nestas unidades era uma forma de os controlar e de os manter « produtivos » do ponto de vista militar.

espírito conservador de Kaúlza de Arriaga, mais inclinado para a manobra clássica²⁶. e por outro pela mais difícil relação que parece ter existido entre as forças armadas e a PIDE/DGS. Curiosamente, o conceito dos Flechas como tropa africana privativa da PIDE, adoptado em Angola,

Quadro II. — EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE TROPAS DE RECRUTAMENTO LOCAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DE TROPAS EM CADA TEATRO



Fonte : Números em ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, *Resenha Histórico-Militar*, op. cit., I : 260-261.

era entusiasticamente defendido pelas autoridades rodesianas, que várias vezes criticaram Kaúlza de Arriaga pela sua resistência em rever os métodos, preocupados que estavam com o avanço da Frelimo no terreno²⁷.

26. Cujo exemplo, o mais claro entre todos na guerra colonial, foi a sua Operação Nó Górdio, com resultados, em termos militares, mais que duvidosos.

27. São esclarecedoras as palavras de Ken Flower, chefe da Central Intelligence Office (CIO) rodesiana : « pusémos em prática o conceito Flecha no CIO em finais da década de 1960, tentando desenvolver grupos de contra-terrorismo enquanto "solução africana para um problema africano". [...] Encontrei-me com o Primeiro-Ministro português, Dr. Caetano, em Setembro de 1971, para discutir a deterioração da situação de segurança em Moçambique e tentar que o seu governo influenciasse o desenvolvimento dos Flechas em Moçambique. Infelizmente a minha intervenção foi mal interpretada e considerada crítica da condução da guerra anti-terrorista pelo General Kaúlza de Arriaga, e portanto rejeitada pelos altos comandos portugueses, em favor da sugestão alternativa do General Arriaga, de se formarem grupos de contra-guerrilha (GEs e GEPs) compostos por soldados

Só em 1970 foram criadas as primeiras unidades experimentais de Grupos Especiais de Para-Quedistas (GEP), muito por causa da intervenção de Jorge Jardim, e só em 1973 os GEP são espalhados pelo terreno.

Muito antes disso, nesse simbólico ano de 1968, esses Grupos Especiais (GE) eram lançados em Angola como primeiro modelo paradigmático de unidade operacional africana autónoma de base local, dependente das forças armadas, beneficiando de um treino militar equivalente ao das tropas especiais de tipo comando, organizados como grupos de combate e estacionados junto às companhias do exército regular, sob as ordens das quais deviam servir. Sendo forças que serviam nos locais de recrutamento, constituíam uma evolução do conceito de milícias de auto-defesa, rompendo já com ele no sentido em que eram forças de intervenção auto-organizadas e autónomas. Os GE angolanos foram o modelo mais popular no conceito militar colonial de tropas auxiliares, tendo chegado, o seu contingente, aos cerca de 3 000 homens; foram, também, um dos modelos mais « produtivos »²⁸, ficando distribuídos por todo o território angolano, sobretudo no norte e no leste. O seu correspondente na Guiné terão sido os grupos de intervenção de milícias, já não ligados meramente à auto-defesa das tabancas mas operando como força étnica de intervenção também altamente produtiva, enquadrada pelo Comando Geral de Milícias criado sob a direcção de Spínola. Em Moçambique, os sinais de mal-estar provocados por um controlo muito relativo dos grupos de milícias das aldeias, que se multiplicavam sem grande vantagem, levaram as autoridades a refrear esta massificação e a planear uma reestruturação sob o lema « Poucos mas Bons ». Também ali os GE surgiram com grande vigor (embora muito mais tarde, como se viu), como tropa recrutada localmente e devendo actuar nos locais de origem, neste sentido representando uma evolução do conceito dos milícias locais.

Em certo sentido, os GE angolanos significaram a importação, pelas forças armadas, do conceito de Flechas desenvolvido pela PIDE/DGS como forças auxiliares autónomas de pisteiros e informadores de origem San²⁹, no sul de Angola, evoluindo rapidamente para unidades de combate. A sua utilização foi tão bem sucedida que desde cedo a PIDE/DGS criou unidades de Flechas em todos os locais onde actuava, particularmente no Luso (Luena) e em Luanda-Caxito, já integrando antigos guerrilheiros do MPLA nos seus contingentes. O sucesso e a generalização dos Flechas, que no final da guerra ultrapassavam os 2 500 homens, ficou a dever-se não só à sua produtividade mas, também, ao facto de terem sido ultrapassadas as desconfianças dos militares relativamente à existência de grupos armados fora do seu controlo directo. Em Moçambique, como se viu, não foi dado esse passo, e apesar das insistências rodesianas, para quem o conceito Flecha era o mais adequado à manobra de contra-insurreição, os Flechas só

moçambicanos negros [...]. Tornei a ver o Dr. Caetano em Agosto de 1972 e voltei a mencionar a pertinência da procura de métodos menos convencionais de luta contra o padrão de subversão prevalecente em Moçambique. Nesta altura a melhoria da posição portuguesa em Angola contrastava vivamente com a deterioração da situação em Moçambique. » K. FLOEWER, *Serving Secretly*, Londres, Galago, 1987 : 300-301.

28. A produtividade era medida em termos de número de « contactos » (referidos a encontros com os combatentes nacionalistas), de baixas sofridas e baixas infligidas.

29. Procurando tirar-se partido de alegadas ancestrais animosidades entre a bolsa minoritária de população San localizada no sul, e a população de origem Banto do resto de Angola.

começaram a ser introduzidos nos inícios de 1974, numa altura em que a guerra estava praticamente no fim³⁰.

Paralelamente, esta tendência angolana de africanização da guerra também foi corporificada na criação das Tropas Especiais (TE), que desde meados da década de sessenta passaram a operar no enclave de Cabinda, tirando partido da deserção de Alexandre Taty, antigo dirigente da UPA/FNLA, que se entregou às autoridades portuguesas com 1 200 guerrilheiros, maioritariamente originários daquela região. Os TE operaram em Cabinda e em todo o norte de Angola.

Finalmente, esta estratégia de criação e accionamento de tropas auxiliares autónomas foi levada ao limite, em Angola, com a criação de forças originárias em grupos dissidentes de países vizinhos, nomeadamente o Zaire e a Zâmbia. Em 1967, aproveitando a entrada no leste de Angola de grupos de gendarmes catangueses antigos apoiantes de Moisés Tchombé, que as autoridades acolheram como refugiados políticos, foi criada, através de uma operação denominada « Fidelidade », uma força militar africana de cerca de 2 500 homens que se empenhou na luta contra o MPLA em troca da promessa de um futuro apoio português à luta pela « libertação » do Zaire. Estes Fiéis receberam treino militar das forças armadas portuguesas, e treino e enquadramento político da PIDE/DGS³¹. Os Fiéis foram talvez a mais produtiva força auxiliar africana de contra-insurreição utilizada pelas autoridades coloniais na frente leste de Angola.

Finalmente, numa acção em tudo idêntica e coeva da anterior, embora com menores proporções, as autoridades montaram a « Operação Colt » para, no mesmo sentido, formar uma força auxiliar à base de refugiados zambianos do African National Congress (ANC), que se opunham ao regime de Kenneth Kaunda. Com o nome de código de Leais, esta força actuou no leste e no sul de Angola, embora com um impacto mais modesto que a anterior.

No final da guerra, portanto, os três teatros de guerra apresentavam realidades bem distintas, embora em todos eles fosse generalizada a utilização de forças de recrutamento local. Na Guiné prevalecia um quadro mais formal com tendência a evoluir para um conflito opondo um exército africano semelhante ao português às forças do PAIGC, portanto com nítidos contornos de conflito civil. Em Moçambique, apesar das resistências, a guerra transformava-se com a introdução, lenta mas consistente, de unidades africanas fortemente enraizadas ao nível local. Finalmente em Angola, desde há muito que desabridamente se accionavam essas forças africanas, num cenário que não é provável que as forças armadas portuguesas

30. Segundo alguns testemunhos, desde 1972 que se realizavam experiências de introdução dos Flechas em Moçambique (ver testemunho do tenente coronel J. Santos FERNANDES in R. de Azevedo TEIXEIRA (ed.), *A guerra colonial : realidade e ficção*, Lisboa, Ed. Notícias, 2001 : 63), o que não é corroborado pelas outras fontes. No segundo semestre de 1973 era ainda notória a resistência das forças armadas, que recusavam o fornecimento de armas automáticas à PIDE/DGS (para os Flechas), que se viu obrigada a tentar adquiri-las na África do Sul. Ver Secretaria Geral de Defesa Nacional (Forte de São Julião da Barra), Caixa nº 435, nº 1C, Estado-Maior do Exército, nº 2522/LM, « Prioridade no fornecimento de material à delegação da DGS em Lourenço Marques com destino aos "Flechas" » ; e Caixa nº 795, nº 8ª, Estado-Maior General das Forças Armadas, nº 2333/RC, « Fornecimento de espingardas G-3 para os "Flechas" de Moçambique contra pagamento da RAS ».

31. Ver por exemplo, entre outro material, Arquivo Histórico Militar, 2ª Divisão, 2ª Secção, Caixa nº 139, nº 7, Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola (Quartel-General)/Gabinete das Forças Auxiliares, « Memorando : Acção Fidelidade », 2 de Agosto de 1974.

controlassem inteiramente. Curiosamente, era aqui que as autoridades coloniais mais sucessos conseguiam, em termos militares. Em comum, os três cenários apresentavam uma realidade em que o avanço das forças nacionalistas deparava com a oposição de dezenas de milhares de « nacionais » accionados pelas autoridades coloniais.

Em 1973, o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas alinhava como vantagens da utilização maciça de tropas africanas : « maior eficiência operacional na fase actual da guerra subversiva ; [...] melhor rendimento « custo/eficácia » em relação a efectivos normais ; [...] diminuição das necessidades globais de instrução na medida em que « voluntários africanos » podem servir por períodos muito dilatados ; [...] vantagem económica nacional resultante de menor perturbação da força metropolitana de trabalho ; [...] vantagem psicológica sobre a rectaguarda metropolitana com graves sintomas de « fadiga psicossociológica » face à contínua e agravada mobilização de efectivos »³². E concluía com uma reveladora proposta : « Que se definisse desde já uma diminuição de efectivos a fornecer pela Metrópole em 1974 (talvez 10 % ?) e se estudasse a contrapartida a dar em verbas aos Chefes para levantamento de forças voluntárias locais ». Claramente, a tendência ia no sentido de transformar a guerra colonial em três conflitos internos nos três teatros de operações.

O potencial de violência herdado e os novos conflitos

Quando o golpe de estado de 25 de Abril de 1974 teve lugar, tomando de surpresa as autoridades coloniais e os movimentos de libertação, a existência de grandes grupos sociais militarizados no terreno passou a representar uma realidade potencialmente explosiva e complexa de gerir, sobretudo nesse ano de transição de 1974. Não tanto relativamente às forças regulares metropolitanas, repatriadas para a metrópole numa operação de grandes dimensões, mas processada de forma gradual ao longo do ano. Todavia as cidades, onde se localizavam os grandes quartéis coloniais, embora espaços mais controlados, passaram a estar peçadas de Africanos desmobilizados dessas forças regulares e imbuídos de um misto de esperança no novo contexto independentista, sentimento de terem sido objecto de traição de uma entidade que os criara e agora os abandonava, e temor pelas represálias que o futuro poderia trazer, devido ao seu comprometimento. É preciso não esquecer que grande parte dos indivíduos desta extracção havia servido em unidades altamente especializadas, nomeadamente as unidades de comandos, que nos últimos anos da guerra se haviam progressiva mas consistentemente africanizado. Um caso extremo, a este respeito, terão sido os batalhões de caçadores guineenses, que por serem unidades militares mais formais, também terão sido as mais expostas ao « ajuste de contas » do novo regime, e também as mais imbuídas por esse sentimento de terem sido traídas.

Fora destes espaços urbanos, o campo encontrava-se profundamente militarizado por mais de uma década de guerra, especialmente nas aldeias de todo o país (casos da Guiné e de Angola), ou das zonas setentrionais (caso

32. Secretaria Geral de Defesa Nacional (Forte de S. Julião da Barra, Caixa nº 1634.1, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, nº 12131/GC, « Memorando : Africanização das Forças Armadas nos TO Ultramarinos », 1 de Maio de 1973.

de Moçambique), através da existência de milhares de milícias e guardas rurais tipicamente jovens, que mesmo desarmados³³ haviam durante demasiados anos desenvolvido uma cultura de violência na apropriação de recursos e satisfação de objectivos. Mesmo considerando a grande carga de popularidade da nova ideologia libertadora e afirmativa trazida pelos movimentos de libertação, consubstanciada na perspectiva da construção de uma sociedade nova e mais justa, o que é certo é que, ainda mais do que anteriormente, se tratava agora, neste espaço rural, de um contexto de pós-guerra com as infraestruturas destruídas e os colonos em retirada, com tudo o que significava de decréscimo de possibilidades económicas, nomeadamente em termos de emprego. Um contexto propiciador de tensão e violência, agravado pelo ressentimento popular em relação a esses grupos, e pelo espírito de « ajuste de contas » do movimento de libertação.

Mais complexa ainda era, porém, a situação das unidades de forças autónomas africanas, que de implacáveis perseguidoras se transformavam subitamente em acoçadas. A sua visibilidade – contrariamente à dos grupos de milícias, que a tinham apenas local – era directamente proporcional à « produtividade » que haviam demonstrado durante a guerra e à sinistra reputação que algumas delas haviam desenvolvido junto da população. Algumas dessas unidades, alguns dos seus combatentes, eram conhecidos individualmente. Todos deveriam esperar o pior.

O destino destes homens faz parte de uma história que só fragmentariamente é entendida ainda. De qualquer maneira, pode dizer-se que o espaço que lhes restou era estreito, situado entre um Estado português esboroando-se e em retirada, de resto com pouca vontade política e quase nenhuma margem de manobra (sobretudo na Guiné e em Moçambique) para se empenhar em seu favor, e movimentos nacionalistas vitoriosos que os encaravam com os piores olhos devido não só ao papel que haviam desempenhado durante a guerra mas, também, à ameaça que representavam nos tempos de soberania incerta que foram os das independências. É nesse espaço que o seu destino ia ser traçado, de três maneiras bem distintas, em razão dos três diferentes contextos, modos de actuação das autoridades portuguesas e perspectivas dos movimentos nacionalistas.

A Guiné foi, dos três territórios, aquele em que o contexto regional e interno se apresentava mais favorável, com um PAIGC claramente vitorioso do ponto de vista militar, e portanto pouco aberto à negociações e compromissos. Reciprocamente, se quisermos colocar as coisas de uma forma simplificada, às forças portuguesas pouco mais restava que proceder a uma retirada o mais organizadamente possível. Por outro lado, e algo paradoxalmente, também era aquele contexto onde as tropas especiais africanas mais haviam evoluído, estruturadas que estavam como um verdadeiro exército organizado em batalhões e companhias à semelhança das forças armadas portuguesas, com grande experiência de combate e, portanto, representando uma verdadeira ameaça para o novo regime. Consequentemente, este foi impiedoso, localizando, prendendo e eventualmente executando sumariamente muitas das figuras de relevo daquelas forças³⁴.

33. Não é claro como o processo de desarmamento e « desmobilização » levado a cabo pelos esforços conjuntos da administração, das forças armadas coloniais, e dos movimentos de libertação, se efectivou, e quais os seus resultados práticos.

34. A este respeito é esclarecedor o testemunho do então tenente-coronel Almeida Bruno, « Nas nossas conversas com o PAIGC ficou sempre assente que haveria uma integração desse

Moçambique apresentava, em vésperas da independência, um quadro com algumas semelhanças com o da Guiné mas, também, com importantes diferenças. Tal como ela, o golpe do 25 de Abril trouxe para a antecâmara do poder um movimento de libertação vitorioso, pouco inclinado a negociar qualquer solução de integração das tropas especiais africanas³⁵. Por um lado, esta posição derivava da forma como a Frelimo interpretava o seu próprio percurso histórico, em que o chamado conflito interno entre revolucionários e reaccionários se havia saldado pela vitória dos primeiros, cuja vanguarda era representada pelo próprio aparelho militar. Desde então estas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) constituíam o último reduto da pureza revolucionária, que não poderia ser conspurcado pela presença das forças coloniais. Por outro lado, havia um longo e conhecido historial de colaboração das forças africanas coloniais com a vizinha Rodésia, com quem o estado de guerra se previa e anunciava para breve³⁶. Finalmente, de um ponto pragmático, a integração de uma força de várias dezenas de milhares de homens nas FPLM, que não teriam mais que dez mil combatentes, significaria, no mínimo, uma imprudência. A partir desta altura, portanto, as forças africanas comprometidas com o regime colonial passaram a ser tratadas como fazendo parte do « inimigo interno », e como tal seriam punidas e purificadas.

pessoal : não iam, com certeza, continuar a ser oficiais e sargentos, isso percebia-se, mas seriam reabsorvidos como civis. Não foi isso que o PAIGC fez. O PAIGC fuzilou barbaramente a maioria dos meus oficiais do Batalhão de Comandos Africanos. [...] Os meus oficiais foram assassinados pelo PAIGC [...]. Não o posso provar, mas não tenho dúvidas nenhuma, pois tenho relatos de familiares, nomeadamente da mulher do tenente Zacarias Saiegh. Os meus sargentos também foram quase todos fuzilados ; só nos soldados é que eles não tocaram. Alguns conseguiram fugir. O alferes (hoje capitão) Marcelino da Mata fui eu quem o trouxe. Escaparam muitos para o Senegal [...]. Alguns conseguiram vir para cá e foi a Associação de Comandos quem os amparou. O que o PAIGC fez foi uma verdadeira barbárie. Disse-se que daqui, de Lisboa, foi mandada para a Guiné uma lista dos comandos africanos, com postos, condecorações, louvores e tudo (...). », in R. RODRIGUES (ed.), *Os últimos guerreiros do Império*, Lisboa, Erasmus, 1995 : 77. Ou de Mamadu Mané, que integrou os Batalhões de Comandos Africanos : « Para mim e para muitos camaradas meus, o mais revoltante foi o que se passou depois da independência da Guiné-Bissau. O mais revoltante era dizerem que éramos portugueses quando afinal não éramos portugueses. [...] No mês de Março de 1975 começaram as prisões. Foi um mês negro para os comandos. Eu fui preso. E fui torturado. [...] Cada um, no sítio onde estava, era preso. [...] Houve camaradas que estiveram presos seis, sete, oito anos. Alguns já tinham sido fuzilados, e os familiares continuavam a levar-lhes comida e cigarros. [...] Outros ficaram aleijados para sempre, por causa dos maus tratos. [...] Houve camaradas que foram presos no Senegal, na Gâmbia, e na Guiné-Conakry. Foram mandados para a Guiné como se fossem peixe, para serem fuzilados », in R. RODRIGUES (ed.), *Os Últimos Guerreiros...*, op. cit. : 167-168.

35. Nos acordos de Lusaka entre as autoridades portuguesas e a Frelimo, que estabeleceram o quadro conducente à independência de Moçambique, as primeiras propuseram que todos os Moçambicanos que haviam pertencido às forças militares coloniais fossem integrados no novo exército nacional a criar. Os nacionalistas rejeitaram a proposta, alegando que eles faziam parte da máquina colonial que tinha que ser desmantelada. Ver J.P. BORGES COELHO & P. MACARINGUE, « Da paz negativa à paz positiva : uma perspectiva histórica sobre o papel das forças armadas moçambicanas num contexto de segurança em transformação », in *Estudos Moçambicanos* (Maputo), 20, Novembro de 2002 : 50 ; ver também, P. MACARINGUE, « Mozambican Defence in the Post-War Era », dissertação de MA em Análise da Defesa e Segurança, Lancaster, Universidade de Lancaster, 1998 (dir. Prof. Martin Edmonds) : 40-41.
36. É importante referir a tentativa de transferência de alguns milhares de combatentes dos GE para a Rodésia, levada a cabo pelos seus comandantes, gorada aparentemente pela recusa do primeiro-ministro rodesiano, alegadamente temendo um agravamento da já delicada posição daquele país aos olhos da comunidade internacional. Ver, a este respeito o testemunho do Capitão van Uden, um dos comandantes dos GE, em R. RODRIGUES (ed.), *Os últimos guerreiros...*, op. cit. : 248. A ter-se verificado, é provável que esta tentativa tivesse sido feita à revelia das autoridades portuguesas, que aqui, como no caso angolano, como se verá em seguida, tinham grande preocupação em que o conflito alastrasse para fora das fronteiras das colónias.
-

Essencialmente, e de uma forma reveladora do « humanismo » da Frelimo³⁷, foram duas as formas de integração/punição dos combatentes comprometidos com estas forças : o internamento em campos de reeducação, localizados no centro e norte do país, onde entrando como inimigos do povo deveriam sair, após um processo de limpeza³⁸, como exemplo do « homem novo » revolucionário, identificado com o povo ; e um processo de « purificação » que passava pela afixação em locais públicos (de trabalho ou residência), por parte destes comprometidos, das suas biografias pessoais, ficando assim demonstrado o seu arrependimento, e libertando-se os arrependidos das chantagens que lhes pudessem ser feitas por terceiros com base no seu agora incómodo passado. Momento simbólico deste processo foi o ajuste de contas mediático e urbano conduzido pelo presidente Samora Machel e que ficou conhecido como a « Reunião com os comprometidos ». Nela, o presidente interpelou várias figuras de Moçambicanos que haviam ocupado postos na vigência colonial, desde membros da assembleia legislativa provincial a agentes da PIDE e combatentes das forças especiais. Alguns foram presos no local e enviados directamente para campos de reeducação ; outros mandados em paz, para reassumir a sua vida civil.

Todavia, esta estratégia de transformação dos comprometidos, baseada numa assunção de culpa, no arrependimento, na punição e na reeducação, resultou numa espécie de processo de entropia que terá produzido um número indeterminado – mas seguramente grande – de antigos combatentes em fuga à nova ordem, evitando entregar-se às novas autoridades ou fugindo dos próprios campos de reeducação para atravessar as fronteiras e integrarem as forças que dentro em pouco desafiariam as novas autoridades moçambicanas a partir da África do Sul e, sobretudo, da Rodésia³⁹.

Em Angola o contexto foi bem diferente, embora igualmente caracterizado, do ponto de vista regional, pela ameaça do *apartheid* sul-africano. Todavia, não se podia falar, neste caso, de um novo regime angolano anunciado mas, apenas, de uma grande incerteza devido à fragmentação do movimento de libertação em três unidades autónomas, com capacidade militar, embora diferenciada, para conquistar o poder. Por essa razão, foi aqui que as autoridades portuguesas mais tiveram que se empenhar para estabilizar a situação no difícil período de transição que se seguiu ao golpe de Estado português. Por outro lado, o facto das tensões político-militares terem prosseguido ininterruptamente favoreceu sem dúvida a integração dos milhares de homens das unidades especiais africanas, em contraste evidente com a Guiné e Moçambique. Em grande medida, esse processo nem contou com o esforço mediador português, tendo-se processado rápida e « naturalmente ».

Os TE tinham um contingente de cerca de 700 homens dos quais, *grosso modo*, 400 estavam localizados em Cabinda e 300 na fronteira norte (Zaire). O grupo de Cabinda, formado quase inteiramente por combatentes da etnia

37. Humanismo eventualmente herdado de um misto de formação cristã protestante de grande parte dos seus dirigentes com os princípios marxistas.

38. Há também, neste processo, ecos culturais do princípio do *kuphahla*, comum no sul do país, afinal um ritual de « limpeza » individual de elementos nocivos ou impurezas, para que a normalidade possa ser retomada.

39. Simbolicamente, André Matsangaíza, primeiro presidente da Renamo, fugiu ele próprio de um campo de reeducação. Há evidência das autoridades rodesianas se mostrarem atónitas quando, procurando recrutar indivíduos dissidentes, recebiam grupos de voluntários armados e altamente treinados.

cabinda, desertou de imediato com as suas armas para engrossar as fileiras da Frente de Libertação de Cabinda (FLEC), enquanto que o segundo, composto maioritariamente por combatentes oriundos do sul do país, aceitou o programa de desmobilização e indemnizações oferecido pelas autoridades portuguesas, e regressou às suas terras, onde é provável que grande parte tivesse aderido às forças da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita)⁴⁰.

Os cerca de 3 000 homens dos GE encontravam-se dispersos por todo o território de Angola, sobretudo no norte e no leste. Também a estes foi oferecido um programa de desmobilização e indemnizações. Tratando-se de uma força de base étnica, estacionada nos locais de recrutamento, colocavam-se obstáculos à sua desmobilização no seio de populações que guardavam forte ressentimento em relação à sua actuação no passado. Grande parte terá integrado as forças militares da FNLA e do MPLA, consoante se localizavam na área de influência de um ou outro destes movimentos.

A situação em relação aos Flechas era mais delicada, quer porque se tratava da tropa especial com mais experiência de combate e com um passado de operações com grande autonomia, quer porque, como tropa da PIDE/DGS, era relativamente menos controlável pelas forças militares portuguesas⁴¹. Embora houvesse, para eles, o mesmo plano de desmobilização com indemnizações, as autoridades da transição foram adiando a sua desmobilização porque temiam precipitar uma situação que era já de si altamente explosiva⁴². A previsão das autoridades, nesta altura, era de que três quartos do contingente se integrariam na Unita, um quarto no MPLA, e uma franja insignificante na FNLA, o que não terá estado muito longe da realidade⁴³.

Finalmente, a situação das tropas africanas estrangeiras constituiu, sem dúvida, o problema mais complexo de resolver, sobretudo no caso dos Fiéis catangueses, que na altura totalizavam cerca de 2 400 homens instalados em três campos, no leste angolano, e organizados em três companhias de comandos que permaneciam bem organizadas e em prontidão combativa depois do 25 de Abril. Várias hipóteses de dissolução desta força foram discutidas pelas autoridades na altura, nomeadamente a sua desmobilização com indemnizações (como sucedia com as restantes forças), a negociação diplomática para o seu regresso ao Zaire ou, ainda, a discussão com as respectivas autoridades para a sua transferência para a Rodésia e África do Sul. A primeira possibilidade foi rapidamente abandonada devido aos receios dos Fiéis de terem que enfrentar sem armas uma população que, tendo na memória as suas actividades no passado, se mostrava hostil e ressentida. Além disso, o general Costa Gomes vetou quaisquer contactos

40. Ver, a este respeito, Presidência da República Portuguesa, «Relatório», in Arquivo Histórico Militar, 2ª Divisão, 2ª Secção, Caixa 169, nº 17, Direcção do Serviço Histórico Militar/Centro de Planeamento e Coordenação, nº 1438/88/c, Proc. 80.07.03/10.02.02, de 22 de Junho de 1988; J.S. CERVELLO, «La revolución portuguesa y la cuestión colonial. ¿Que decolonización?», in F. ROSAS (ed), *Portugal e a transição para a Democracia (1974-1976)*, Primeiro curso livre de historia contemporânea, Lisboa, edições Colibri, 1999: 89.

41. O aparelho da PIDE/DGS, que os enquadrava, havia sido desmantelado na sequência do golpe de Estado do 25 de Abril.

42. Os Flechas, oriundos maioritariamente do Sul, eram descritos, nesta altura, como um contingente de 45 grupos de combate com um efectivo médio de 35 homens cada, um total, portanto, de à volta de 2 375 homens.

43. Ver, sobre esta matéria, Presidência da República Portuguesa, «Relatório», *op. cit.*

com sul-africanos e rodesianos, temendo que uma situação regional já de si tensa e complexa se agravasse. Procurando reter os Fiéis em Angola o mais possível, até porque estes ameaçavam, na ausência de soluções alternativas, invadir o Zaire para « morrer em combate contra Mobutu », as autoridades portuguesas negociaram a sua integração no MPLA, que acolheu a perspectiva aparentemente de bom grado, dada a sua notória inferioridade militar em relação à FNLA, que ameaçava Luanda. Reforçado por elementos dos GE e dos Flechas, e agora também pelos Fiéis, o MPLA manteve a posse de Luanda e retomou o controlo do nordeste e de Cabinda⁴⁴. Um destino idêntico terão tido os Leais, integrados na Unita e nas tropas sul-africanas no então Sudoeste africano.

Os contextos angolano e moçambicano, a maneira como os acontecimentos evoluíram após as respectivas independências, deixam claro que a extrema militarização induzida pelas autoridades coloniais portuguesas no seu esforço de guerra deixou um legado de contornos ainda não inteiramente circunscritos mas que, pelo seu potencial de violência, constituiu poderoso factor alimentador dos conflitos pós-coloniais. Um potencial geral, criado pela banalização da violência sobretudo no espaço rural, e um potencial específico, como se viu, resultante da criação das tropas especiais africanas. No caso angolano, um legado que alimentou um conflito já em curso; no caso moçambicano, um conflito que ainda se anunciava. Finalmente, no caso guineense, o esmagamento drástico das forças africanas « deixadas » pelo Portugal colonial constituiu ele próprio, em si, um conflito de contornos não inteiramente esclarecidos.

Junho de 2003

João Paulo BORGES COELHO

Universidade Eduardo Mondlane (Maputo)

Departamento de História

<zumbo@mail.tropical.co.mz>

44. Esta integração é de certa forma irónica, uma vez que durante toda a guerra os Fiéis haviam combatido sobretudo contra o MPLA. Sobre este assunto ver CERVELLO, *op.cit.* : 93 e *passim*. Segundo Emile Kalambo Ilunga, entrevistado em Maio de 1997 em Bruxelas, « Em 1975 o governador português, a quem chamavam governador vermelho (Almirante Rosa Coutinho) favoreceu a aproximação entre os Catangueses e Agostinho Neto [...]. Foi graças à participação deles na guerra que Neto pôde conservar Luanda em 1975. Então, havia uma espécie de dever moral do MPLA para com os Catangueses ». Os Fiéis integraram o 24º regimento das forças especiais angolanas. Entrevista inédita realizada por Guido van Hecken a Emile Kalambo Ilunga em Bruxelas, Maio de 1997 (devo a David Hedges o conhecimento desta fonte).
